8. OS PARADOXOS DO DOGMATISMO JURÍDICO: A RACIONALIDADE DA CASA DE ORATES EM MACHADO DE ASSIS

Leonel Pires Ohlweiler¹
Roberta Magalhães Gubert²

Resumo: O presente artigo trabalha as relações entre direito e literatura. Partindo do conto *O Alienista*, de Machado de Assis, o texto investiga os problemas decorrentes de uma visão dogmatista na prática jurídica brasileira e aponta para a necessidade do rompimento com o senso comum teórico a partir dos aportes da hermenêutica gadameriana.

Palavras-chave: dogmatismo, hermenêutica, literatura

Abstract: The present article articulates the relation between law and literature. Based on Machado de Assis's short story *O Alienista*, the text investigates the problems created by a dogmatic conception in Brazilian legal practices and indicates to the necessity of breaking that paradigm through the contributions of Gadamer's hermeneutics.

Keywords: dogmatism, hermeneutics, literature

1. A narrativa do Alienista de Machado de Assis

O texto "O Alienista" de Machado de Assis é intrigante e um convite para o debate sobre questões complexas do Direito, a começar pela circunstância de que o conto/novela está justamente na obra intitulada *Papeis Avulsos*. No prefácio escrito em 1882 o autor refere que este título parece negar ao livro certa unidade, mas refere:

A verdade é essa sem ser bem essa. Avulsos são eles mas não vieram para aqui como passageiros que acertam de entrar na mesma hospedaria. São pessoas de uma só família que a obrigação do pão faz sentar à mesma mesa.³

O Direito, como será examinado, lida com esta questão em sua função cotidiana de construir conhecimento, de resolver problemas, pois os textos normativos, em nome

¹ Desembargador do TJRS. Mestre e Doutor em Direito. Professor do CESUCA e UNILASSALE.

² Mestre em Direito. Professora do CESUCA e UNISINOS.

³ *Papeis Avulsos*. W. M. Jackson Inc. Editores: RJ-SP-POA, 1937, p. 5.

da racionalidade, por vezes são tratados como aqueles que sentam à mesma mesa por obrigação do pão. Igualmente a “verdade científica” está impregnada de ambigüidades, cujas construções teóricas se parecem mais, de fato, como “papeis avulsos”.

A história do Alienista gira em torno de Simão Bacamarte, figura proeminente da cidade de Itaguaí, dedicado ao estudo científico da medicina, cujo trabalho voltou-se não apenas para a construção de teses sobre sanidade e loucura, mas a realização de experiência para comprová-las. A figura da esposa será importante, pois Dona Evarista também se tornou vítima da obsessão dogmatista do alienista. Após conseguir autorização do governo, iniciou o projeto de construção da Casa Verde, a Casa de Orates, local de sua prática da medicina, onde fazia experiências científicas sobre os aspectos da sanidade e da loucura humanas. Mas como o conhecimento e o poder possuem íntimas relações, logo a pequena comunidade de Itaguaí sentiu os horrores das decisões de Simão Bacamarte sobre quem era louco ou não e, portanto, deveria ser internado compulsoriamente. Não tardaram os abusos “científicos”, que acabaram por gerar uma revolta popular, sendo que as próprias forças do governo tornaram-se aliadas dos revoltosos e foram determinantes para que um novo governo assumisse em Itaguaí. Mas o poder também se aliou com o dogmatismo científico do alienista e não tomou qualquer providência para que o grande número de pessoas encarceradas fossem libertadas. Aliás, até que ponto é possível um cientista, no alto de sua racionalidade, para comprovar suas teses, tomar determinadas decisões: Simão Bacamarte internou a própria esposa, pois ela também contrariou seus critérios precisos de sanidade e loucura e passou para o lado dos destituídos de razão.

No entanto, em breve esgotaram-se as possibilidades de comprovação das teses científicas do Alienista, pois agora quase toda a comunidade estava internada. Ora, a solução encontrada pelo médico foi exatamente inverter sua linha de raciocínio utilizada até então: os que estão fora é que são os verdadeiros loucos de Itaguaí e dentro da Casa Verde só havia pessoas normais!

Um novo processo de desenvolvimento científico tomou conta da comunidade, conseguiu nova autorização das autoridades locais e as experiências, em busca da mais pura verdade, começaram novamente. É claro que a empreitada do cientista fracassou, pois no final tomou uma decisão talvez inédita: na medida em que ele seria o sentido da

própria racionalidade, com um cérebro privilegiado para a investigação científica, resolveu internar a si próprio na própria Casa de Orates, e lá morreu algum tempo depois. Machado de Assis assim descreveu o final:

Fechada a porta da Casa Verde, entregou-se ao estudo e à cura de si mesmo. Dizem os cronistas que ele morreu dali a dezessete meses no mesmo estado em que entrou, sem ter podido alcançar nada. Alguns chegam ao ponto de conjecturar que nunca houve outro louco além dele em Itaguaí.⁴

De qualquer modo, como a boataria não possui nada de científico, por ocasião da morte de Simão Bacamarte a comunidade dedicou-lhe consideração, com um enterro com muita pompa e rara solenidade.

2. Dogmatismo e o sentido comum teórico dos juristas

O texto desta história é muito rico para o debate sobre o Direito, suas pretensões de cientificidade, marcadas pelos perigos do dogmatismo e da subjetividade, além da abstração do discurso racionalizador, por vezes, responsável pelo isolamento do conhecimento. Um dos grandes filósofos do século XX, Arthur Kaufmann, ao tecer considerações sobre a dogmática, assim referiu: *“o dogmático parte de pressupostos que aceita como verdadeiros sem qualquer prova, pensa ‘ex datis’.* O jurista dogmático não pergunta o que é o Direito, nem sobre que circunstâncias, com que extensão e de que modo existe o conhecimento jurídico.”⁵ Tais questionamentos seriam feitos pela filosofia do direito. É certo que a dogmática jurídica, enquanto pretensão de dotar a investigação jurídica de cientificidade contribui para o desenvolvimento do Direito e sem cair nas armadilhas da racionalidade de Simão Bacamarte. Pretende-se, portanto, apenas ressaltar o excessivo grau de dogmatismo⁶ que tem preponderado no agir cotidiano de alguns juristas e operadores do direito, deixando de problematizar aspectos fundamentais deste campo do conhecimento em relação ao Estado de Direito, no qual

⁴ *O Alienista*, p. 98.

⁵ *Filosofia do Direito, teoria do direito, dogmática jurídica*. In: Introdução à Filosofia do Direito e Teoria do Direito Contemporânea. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000, p. 26.

⁶ Como ressalta Warat (*Introdução ao Estudo do Direito II*, Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1995, p. 16), o dogmatismo “apresenta-se como a tentativa de construir uma teoria sistemática do direito positivo, sem formular nenhum juízo de valor sobre o mesmo, convertendo-a em uma mera ciência formal”.

elementos como Constituição, Direitos e Deveres Fundamentais, Justiça e Segurança Jurídica são tópicos cruciais para um debate de legitimidade da investigação.

O caráter científico não deve cair nos excessos das pretensões de racionalidade já reveladas no início do texto e descritas como a classificação e a busca das causas, tudo com o objetivo maior de encontrar “o remédio universal”⁷. Este modo de pensar, no âmbito do Direito, caracteriza-se pelo estabelecimento de premissas com caráter vinculante, predominando a chamada *inegabilidade dos pontos de partida*, como refere Tércio Sampaio Ferraz Júnior⁸.

No campo das investigações, este autor destaca que pode haver a preponderância do aspecto da pergunta, do questionamento, da dúvida, ou o direcionamento de todo o raciocínio voltado para a postura de respostas! E mesmo quando aparentemente adota-se a postura de dúvida, em alguns casos esconde-se a pré-compreensão dogmática. Este é um tópico interessante quando no Capítulo IV fala-se da nova teoria desenvolvida pelo alienista que, partindo de alguns exemplos da história de Itaguaí, pretendia ampliar o “território da loucura”, sempre com a concepção da necessidade de demarcar definitivamente os limites da razão e da loucura, pois “a razão é o perfeito equilíbrio de todas as faculdades...”⁹

Quando prevalece o aspecto da pergunta, como um dos principais elementos de investigação científica, os conceitos tidos como fundamentais são postos em dúvida. Como esclarece Tércio Sampaio Ferraz Júnior: “*se o aspecto pergunta é acentuado, os conceitos-chave, as dimensões que constituem as normas e as próprias normas na sua referibilidade a outras normas, que permitem a organização de um sistema de enunciados são postos em dúvida*”.¹⁰

Com efeito, no âmbito deste modo-de-ser, o operador do direito abandona uma postura de passividade frente às construções significativas postas e herdadas e atua como um “questionador comprometido”, no caso, comprometido com uma gama de indicações constitucionais direcionadas para fazer acontecer o Estado Democrático de Direito. A

⁷ *O Alienista*, p. 11.

⁸ *Introdução ao Estudo do Direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995, p. 48.

⁹ *O Alienista*, p. 31.

¹⁰ *A Ciência do Direito*. M2ª ed. São Paulo: Atlas, 1991, p. 45.

compreensão, assim, deixa ser unificada em uma única abstração universal, mas também não é fragmentada em diversas racionalidades locais, pois passa a ser ligada à efetividade das diversas problematizações.

A pergunta no campo do conhecimento científico ou de suas realizações técnicas sempre gera estranhamento, na medida em que aquilo que é questionado e concebido como racional é colocado no horizonte da dúvida. A literatura é capaz de indicar este aspecto da construção científica da vida, pois diversas obras debatem este tema, no qual o sentido comum sofre processos de fissura em suas bases teóricas¹¹. No texto em exame, de Machado de Assis, é muito interessante como o Alienista construiu uma espécie de sendo de racionalidade em torno das funções profiláticas da Casa Verde, contando, inclusive, com o apoio do poder institucionalizado. As vozes incógnitas de crítica e até rebeldia, quando reveladas para explicitar a inconformidade com o rumo das interações, automaticamente, lá também eram aprisionadas. As construções dogmáticas também sofrem deste mal, em determinadas circunstâncias, pois a existência de conhecimentos dogmáticos, como já referido, não é o problema, mas quando adota fielmente a inegabilidade dos pontos de vista, começam as dificuldades. A opção da racionalidade pelo alienista foi paradigmática: “O alienista dizia que só eram admitidos os casos patológicos”.

A postura relevada pela literatura relaciona-se no campo do direito e os seus diversos institutos com aquela na qual predomina o aspecto da resposta, em que determinados elementos são subtraídos da dúvida e do questionamento problematológico, *“postos fora de questionamento, mantidos como respostas não atacáveis, eles são, pelo menos temporariamente, postos de modo absoluto.”*¹²

Esta espécie de subtração epistemológica lança dúvidas sobre a própria racionalidade da ciência! Na medida em que se elimina qualquer forma de debate e questionamento sobre os próprios critérios da razão científica, já não se sabe os limites daquilo que é capaz de ingressar no campo do conhecimento científico, além dos possíveis equívocos, sempre “em nome da Ciência”. Esta questão que acompanha o

¹¹ Ver CÁRCOVA, Carlos María. *Derecho y Narración*, In: Direito e Literatura. Ensaios Críticos. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 11-19.

¹² Cf. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *A Ciência do Direito*, p. 46.

dogmatismo foi muito bem trabalhada na obra *O Alienista*. A passagem do jantar de boas vindas para Dona Evarista é marcante, pois o evento, realizado com toda a festividade, foi marcado pelo discurso de Martin Brito. Após um belo discurso e com sinceros elogios para a esposa de Simão Bacamarte teve um destino certo: três dias depois estava internado. Nas palavras do jovem:

Deus, disse ele, depois de dar o universo ao homem e à mulher, esse diamante e essa pérola da coroa divina (e o orador arrastava triunfalmente esta frase de uma ponta a outra da mesa) Deus quis vencer a Deus, e criou D. Evarista.¹³

Machado de Assis, em sua narrativa, ainda coloca a dúvida sobre os critérios científicos da internação do jovem, e a comunidade questionava se não foi por ciúmes do marido, mas todos ficaram muito surpresos quando logo após, outras figuras conhecidas também foram internadas. Preocupadas, o terror tomou conta de Itaguaí, pois “não se sabia já quem estava são, nem quem estava doido.”

Desta forma, a atividade de perguntar deve adotar uma orientação diversa, aquela na qual os questionamentos são feitos de maneira mais aberta, entendendo os pontos de partida não como dogmas, mas indicações de sentido, submetidos a um processo de reflexão. A univocidade de sentido pregada pelo dogmatismo cria obstáculos impeditivos de uma maior abertura da compreensão. Esta disposição da ciência revela-se pela postura do diálogo, quer dizer, a capacidade de trocar conhecimento e experiências com o Outro. Esta foi exatamente a atitude oposta de Simão Bacamarte durante todos os eventos da história. Aliás, a incapacidade de considerar as palavras do jovem Martin Brito é emblemática para a posição que muitas vezes é assumida pelo conhecimento científico: “Trata-se de um caso de lesão cerebral, fenômeno sem gravidade, mas digno de estudo.”¹⁴

3. Os modelos do dogmatismo jurídico e a compreensão do Direito

¹³ *O Alienista*, p. 45.

¹⁴ *O Alienista*, p. 47.

Em relação a este aspecto, mais uma vez, Tércio Sampaio Ferraz Júnior¹⁵, alude como objetivos da dogmática jurídica podem criar condições para a decidibilidade de conflitos juridicamente definidos, valendo-se para tal dos modelos analítico, hermenêutico e empírico – que são intercambiáveis. No modelo analítico mencionado, o texto legal adquire importância capital no sentido de construir toda e qualquer possibilidade de sentido. A consequência é que:

as diversas respostas dadas a estas questões levaram a Ciência do Direito a constituir-se como uma espécie de analítica das figuras jurídicas, cuja finalidade última seria a proposição de um saber sistemático capaz de dar um quadro coerente e integrado do direito como conexão de normas e dos elementos típicos que as compõem.¹⁶

Condiciona-se o operador do direito analítico a adotar uma postura formalista, no sentido de buscar no sistema jurídico (ou melhor, naquilo que a racionalidade dominante permite compreender como tal) as informações do mundo circundante, exercendo a sua tarefa por meio de *standards* jurídicos. Logo, há um distanciamento da práxis social, sendo engendrada uma técnica de neutralização dos conflitos econômicos, políticos e sociais.

Certamente, não se defende o abandono do conjunto de regras, princípios e institutos construídos pela tradição jurídica, mas esta crítica do autor direciona-se mais pelo modo como lidamos com este campo do conhecimento, pois não há dúvida que indicações democráticas como legalidade e segurança jurídica são muito bem vindas no processo de decisão na órbita do Direito, sempre com a finalidade de evitar a subjetividade da consciência, que se acha capaz de tudo decidir com critérios da consciência. Aliás, é magistral a crítica desenvolvida por Lenio Luiz Streck:

Portanto, e isso é definitivo, a decisão jurídica não se apresenta como um processo de escolha do julgador das diversas possibilidades de solução da demanda. Ela se dá como um processo em que o julgador

¹⁵ A *Ciência do Direito*, p. 42.

¹⁶ A *Ciência do Direito*, p. 51-52.

deve estruturar sua interpretação – como a melhor, mais adequada – de acordo com o sentido do direito projetado pela comunidade política.¹⁷

E a desconstrução da segurança também foi um dos fatores da rebelião magistralmente descrita no texto de Machado de Assis. Mas, deve-se colocar que a desconstrução do senso comum é difícil, sendo que a própria ciência vale-se de alguns estratégias para manter-se incólume, como o aspecto da abstração. Em alguns casos o grau de abstração é tão grande que os problemas jurídicos são tratados unicamente dentro de um imaginário reduto normativo, por meio de instituições, conceitos e classificações dogmáticas, aplicadas de forma descontextualizada e sem qualquer diálogo com os sentidos da comunidade política. Os conflitos, deste modo, não são tomados em todos os seus aspectos, mas traduzem uma questão de decidibilidade, ou seja, deve haver a resolução da questão com um mínimo de perturbação social.

Os debates que ocorrem na Câmara de Vereadores de Itaguaí retratam esta questão. A própria comunidade, liderada pelo barbeiro, questiona a verdadeira função da Casa Verde e dirige uma representação à Câmara, que imediatamente não foi aceita, pois “a Casa Verde era uma instituição pública, e que a ciência não podia ser emendada por votação administrativa, menos ainda por movimentos de rua.”¹⁸ Em outra passagem, o presidente da Câmara foi enfático ao dirigir-se ao vereador dissidente para que “ao menos desse exemplo da ordem e do respeito à lei, não aventasse as suas idéias na rua para não dar corpo e alma à rebelião, que era por ora um turbilhão de átomos dispersos.”¹⁹

Mas, o segundo modelo apresentado por Tércio Sampaio Ferraz Júnior é o hermenêutico. Após ser identificado o direito analiticamente, a próxima tarefa reside em fixar as condições a partir das quais tal direito será entendido, ou seja, elabora-se a construção de um processo de atribuição de sentido. Aqui, a atividade do operador do direito não se restringe à busca de um texto legal capaz de abarcar o conflito, feito isto – normalizada a parcela fenomênica da questão – passa-se a encontrar aquele conjunto de regras capaz de fornecer a verdadeira significação, a partir dos critérios construídos pela

¹⁷ *O que é isto – decido conforme minha consciência?* 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010, p. 106.

¹⁸ *O Alienista*, p. 51.

¹⁹ *O Alienista*, p. 52.

própria razão científica, abstrata e fechada, sem considerar os delineamentos, como já mencionado, dos sentidos projetados pela comunidade política, além do próprio caso concreto.

Por fim, o último modelo apresenta-se como consequência dos dois anteriores, aí residindo o caráter intercorrente antes referido. O conflito já se apresenta institucionalizado. Agora, será feito um trabalho de argumentação jurídica para “racionalmente” demonstrar que aquele problema enquadra-se no sentido retirado do texto legal. Pode-se dizer que, neste modelo, o *“pensamento jurídico constitui-se um sistema explicativo do comportamento humano enquanto regulado por normas.”*²⁰

É importante especificar, novamente, a diferenciação entre dogmática jurídica e dogmatismo. A primeira mostra-se útil, a fim de propiciar a construção de um conhecimento jurídico, fornecendo elementos para as pré-compreensões dos operadores. Já, o segundo, merece maiores críticas, pois estabelece vinculações arbitrárias a certos dogmas – instituindo-os como pontos de partida e de chegada da própria discussão. Aqui reside o caráter diferencial, pois a dogmática – como construção doutrinária e jurisprudencial – é vista como instrumental imprescindível para a aplicação do direito. Inseridos em tal realidade estão os operadores do Direito, via de regra, condicionados pelos paradigmas dominantes e determinados pelo “sentido comum teórico dos juristas”, que, segundo Luiz Alberto Warat, *“designa as condições das verdades nas diferentes práticas de enunciação e escritura do Direito”*, compreendendo *“as diversas representações, imagens, pré-conceitos, crenças, ficções, hábitos de censura enunciativa, metáforas, estereótipos e normas éticas que influenciam os atos e decisões jurídicas”*²¹.

O discurso, dentro da idéia supra-referida, é sempre feito como se houvesse uma voz incógnita, atrelado a uma realidade dita “dominante”. Destarte, o estabelecimento de um sentido comum, apto a determinar uma realidade discursiva, apresenta-se com caráter de funcionalidade, direcionado para o objetivo de estabelecer um controle social, sendo que *“o controle jurídico da sociedade passa a ser feito através de um saber jurídico acumulado”*²².

²⁰ A Ciência do Direito, p.87.

²¹ Introdução Geral ao Direito I, Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1994, p. 13.

²² Introdução Geral ao Direito I, p. 13.

As vozes de um discurso impregnado de dogmatismo, portanto, não estão direcionadas para desvendar verdades ou concretização de critérios confiáveis, como propalado muitas vezes por intermédio de “máscaras de autoridade”, mas, com certeza, decorrem da opinião do sentido comum e ficam circunscritas aos paradigmas funcionalmente produzidos. O sentido comum teórico dos juristas atua de maneira invisível no interior do Direito (Warat), contribuindo para a solidificação de padrões de significação arbitrariamente impostos, transmitidos como “realidades verdadeiras”, escondendo aí um componente político.

Aqui reside o grande desafio para os que lidam com o Direito, laborar com a dogmática jurídica, mas sem cair no dogmatismo. Uma teorização interessante para lidar com a questão é a de um dos grandes filósofos do século XX, Hans-Georg Gadamer, em sua principal obra *Verdade e Método*, na qual menciona a importância da *fusão de horizontes*. Partindo do pressuposto de que toda compreensão é histórica, aquele conjunto de elementos que chegam da tradição não devem ser simplesmente ignorados. No âmbito do direito, os operadores e juristas estão inseridos numa dada tradição e com a qual devem manter uma postura dialógica²³. A compreensão resulta desta fusão de horizontes do intérprete e da tradição, devendo-se, assim, vislumbrar a dogmática como um dado conjunto de significações construído pelo sentido comum. Para Gadamer, e este aspecto de sua teorização é crucial para o presente estudo, o conhecimento é histórico. Cotidianamente, tem-se a impressão por parte daqueles que estão mergulhados no senso comum que a compreensão dos entes jurídicos é sempre a-histórica.

Mas, hermeneuticamente, o entender nunca consegue segurar definitivamente seu objeto, sequer havendo um método capaz e suficiente de concretizar esta tarefa. As variadas indicações conceituais do direito constituem-se muito mais em “experiências de sentido”, experiências estas nas quais os juristas e operadores possuem profunda participação. Corolário, em todo modo-de-ser-dogmático já há uma espécie de “antecipação de sentido”, isto é, o sentido construído dos entes jurídicos manifesta-se

²³ O caráter dialógico do pensamento gadameriano ressalta a importância de o homem compreendedor, estar aberto para a opinião do outro e do texto. A abertura para a “alteridade do texto”. No caso do direito, pode-se dizer, lidamos fundamentalmente com textos, textos fatos, pré-conceitos, hábitos lingüísticos, etc., assumindo capital importância a postura de “alteridade”. De qualquer sorte, o objetivo desta teorização é fazer com que o intérprete dê-se conta de que há juízos prévios na compreensão. Dar-se conta dos juízos prévios é encontrar-se com a própria historicidade, como aludia Hans-Georg Gadamer.

porque já se faz a leitura desde determinadas expectativas de sentido. O que não se pode perder de vista é que a compreensão é um ato de convalidação constante, até porque entender a coisa é sempre entender-se com a coisa e não mergulhar na subjetividade da consciência tida como científica.

O caso sucedido em Itaguaí é útil para finalizar esta breve reflexão, pois a postura do cientificismo, marcado pelo dualismo foi levado às últimas consequências. Concorde-se com Lenio Luiz Streck quando refere a necessidade de controlar os subjetivismos, utilizando para o debate autores como Ronald Dworkin e Gadamer:

[...] Dworkin e Gadamer, cada um ao seu modo, procuram controlar esse subjetivismo e essa subjetividade solipsista a partir da tradição, do não relativismo, do círculo hermenêutico, da diferença ontológica, do respeito à integridade e da coerência do direito, de maneira que, fundamentalmente, ambas as teorias são antimetafísicas, porque rejeitam, peremptoriamente, os diversos dualismos que a tradição (metafísica) nos legou desde Platão (a principal delas é a incindibilidade entre interpretação e aplicação, pregadas tanto por Dworkin como por Gadamer).²⁴

Ao olvidar isto, corre-se o risco de compreender o mundo da vida e a responsabilidade científica como Simão Bacamarte: “Meus senhores, a ciência é coisa séria, e merece ser tratada com seriedade. Não dou razão dos meus atos de alienista a ninguém, salvo aos mestres e a Deus.”

4. Conclusão

No campo do direito, a ironia de Machado de Assis, em *O Alienista*, nos alerta para duas questões importantes – primeiro para a incapacidade dos juristas, formados ainda pelo ensino dogmatista, de romper com o senso comum teórico, e segundo, também por consequência desse primeiro fato, a crise gerada pela arbitrariedade judicial (que é uma das facetas do desenfreado ativismo judicial). Não se tratam de problemas separados, com causas e consequências distintas; em realidade, são fenômenos que reciprocamente fomentam um ao outro.

²⁴ *O que é isto – decido conforme minha consciência?*, p. 107.

Na Itaguaí de Machado de Assis, o Alienista desejava curar e atender os loucos desamparados pelas famílias e pelo Estado, “assim é que cada louco furioso era trancado em uma alcova na própria casa, e não curado, mas descurado até que a morte o vinha desfraldar do benefício da vida”. Primeiro buscou curar os destemperos, os exagerados, concluiu que o número avassalador de internos era sinal de algum equívoco na condução da pureza de sua estrita pesquisa científica. Partiu então para a cura da razoabilidade, dos moderados. Por fim, vítima de sua convicção dogmática inabalável, morreu sozinho na Casa de Orates, deixando para a comunidade a incerteza de ter efetivamente contribuído para a mazela social que de forma tão engajada buscava solucionar.

Para o operador do direito que ainda atua sob um paradigma formalista e dogmático – oriundo de um modelo pedagógico que orienta para a mera reprodução do discurso jurídico dominante –, é muito difícil problematizar a ciência do direito e compreender as engrenagens que compõem o funcionamento do ordenamento constitucional pátrio, razão pela qual estes profissionais não conseguem diagnosticar os problemas existentes no sistema e muito menos pensar de forma crítica as possíveis soluções. Fruto desse contexto, muitos juízes acreditam que o ativismo judicial é uma verdadeira forma de contribuir para a transformação social, uma vez que ainda não inseridos no paradigma hermenêutico e, portanto, desconhecedores dos limites da atividade interpretativa; sob a bandeira da efetivação de direitos, fundamentam suas decisões nos moldes da filosofia da consciência e permanecem alheios aos riscos e danos causados ao ordenamento jurídico brasileiro e à efetivação do Estado Democrático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

CALVO GARCIA, Manuel. *Los Fundamentos del Método Jurídico: una revisión crítica*. Madrid: Tecnos, 1994.

COELHO NETO, J. Teixeira. *Semiótica, Informação e Comunicação*. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *A Ciência do Direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

_____. *Introdução ao Estudo do Direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdad y Método*, I. 5. ed. Salamanca: Sígueme, 1993.

KAUFMANN, Arthur. *Filosofia do direito, teoria do direito, dogmática jurídica*. In: *Introdução à Filosofia do Direito e a Teoria do Direito Contemporâneas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

STEIN, Ernildo. *Pensar é Pensar a Diferença: filosofia e conhecimento empírico*. Ijuí, Rio Grande do Sul, Brasil: UNIJUÍ, 2002.

STRECK, Lenio Luiz. *O que é isto – decido conforme minha consciência?* 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2010.

_____. *Hermenêutica Jurídica e(m)Crise: uma exploração hermenêutica da construção do Direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

WARAT, Luis Alberto. *Introdução Geral ao Direito I*, Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1994.

_____. *Introdução Geral ao Direito II*. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1995.